



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

TERMO DE REFERÊNCIA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2020

Processo Administrativo nº 23205.009736/2020-02
Contratação de Serviços

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso XXI da Lei nº 8.666/1993

Sector Requisitante: Coordenação do curso de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADR)

Portaria de designação de Equipe de Planejamento nº: 199/PROAD/UFGS/2020

Nº ETP Digital: 85/2020

1. DO OBJETO

1.1. Descrição do Objeto

1.1.1. O objeto desta Dispensa de Licitação visa a **contratação de serviços de tradução de artigos científicos para utilização no curso de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADRS) do Campus Laranjeiras do Sul, com recursos oriundos do PROAP**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento:

Item	Código Catálogo	Código CATSER	Especificação Técnica	Unidade	Quant.	Valor Unitário	Valor Total	Empresa vencedora
1	3905.003.003	389-1	Tradução de artigos científicos. Exige que o tradutor tenha familiaridade com termos técnicos e científicos adequado para publicações internacionais na área de Agroecologia e Ciências Agrárias. A Tradução deverá ser na língua inglesa, utilizando o inglês americano ou britânico, nunca a mistura dos dois. A tradução deverá respeitar os termos técnicos bem como a gramática da língua inglesa. A tradução não deverá ser apenas literal, deverá levar em consideração a ideia do texto. O serviço de tradução deverá ser feito por tradutor ou empresa com no mínimo 1 ano de experiência nesse serviço. A tradução deverá ser apresentada de forma escrita em arquivo editável.	Palavra	35.714	R\$ 0,13	R\$ 4.642,82	Agriscience Consultoria e Pesquisa Agrícola e Pecuária - CNPJ: 29.058.714/0001-32
Total Geral:							R\$ 4.642,82	

1.2. Especificações do objeto



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

1.2.1. Objeto desta Licitação trata de Serviço de tradução de artigos científicos.

1.2.2. O quantitativo e respectivo código do item são os discriminados na tabela acima.

1.2.3. A presente contratação adotará como regime de execução a **Empreitada por Preço Global**.

1.2.4. Visando o melhor aproveitamento do dinheiro público, a Unidade Requisitante optou por cotar os valores por palavra traduzida/revisada, tendo em vista ser uma unidade de medida precisa, diferente da lauda (em que o número de palavras pode variar de acordo com a fonte e formatação usadas pelo tradutor).

1.2.5. A descrição do objeto, a justificativa e requisitos de contratação que fundamentam a presente Dispensa de Licitação foram elaborados/apresentados pela Equipe de Planejamento e Requisitante da Solução designada pela Portaria nº 199/PROAD/UFFS/2020 e, são de sua inteira responsabilidade.

1.3. Do Valor

1.3.1. O valor total da contratação pretendida é de **R\$ 4.642,82 (Quatro mil, seiscentos e quarenta e dois reais e oitenta e dois centavos);**

1.3.2. No valor proposto estão inclusos todos os custos operacionais, insumos, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários e comerciais, e quaisquer outros que incidam diretamente ou indiretamente sobre a prestação dos serviços.

1.4. Da Garantia

1.4.1. O prazo de garantia dos serviços prestados, desde que observadas e respeitadas as disposições legais aplicáveis são as dispostas no Código de Defesa do Consumidor – CDC, salvo quando o fornecedor indicar prazo maior na proposta comercial.

1.5. Do Planejamento da contratação conforme Ações Institucionais e PAC

1.5.1. A demanda prevista nesta Dispensa de Licitação será financiada com recurso externo concedido pelo PROAP/CAPES e foi consolidada no Plano Anual de Contratações – PAC 2020, conforme extrato de consulta reproduzido abaixo:

PLANEJAMENTO PAC		
Nº do item no PAC	Descrição	Unidade responsável pela demanda no PAC
6975	Materiais e equipamentos destinados para projetos de pesquisa.	PROPEPG

1.5.2. Informações detalhadas sobre a consolidação desta demanda estão minudenciadas nos Planos Anuais de Contratações da UFFS divulgados no sítio eletrônico da Universidade.

2. DAS JUSTIFICATIVAS E OBJETIVO

2.1. Da justificativa da contratação fornecida pela Unidade Requisitante



2.1.1. A contratação do objeto desta Dispensa de Licitação se justifica pela necessidade de publicação dos trabalhos decorrentes das dissertações de mestrado do programa em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da UFFS Campus Laranjeiras do Sul, haja vista que a grande maioria dos periódicos exige que o artigo esteja escrito em inglês para ser submetido e avaliado pelos revisores e, caso seja aceito, publicado na revista. Outrossim, a publicação dos trabalhos em periódicos representa um fator extremamente importante para a avaliação do programa de pós-graduação e para a manutenção/melhoria da nota do programa na CAPES.

2.1.2. Do Projeto de Pesquisa:

2.1.2.1. Sobre o Projeto de Pesquisa que fundamenta a presente contratação (**documentos nº 26, 27, 28, 29 e 30**), em atenção ao disposto no artigo 62 do Decreto nº 9.283 de 07 de fevereiro de 2018 informamos:

2.1.2.1.1. Indicação do programa e da linha de pesquisa a que estão vinculados: Programa de Pós-graduação em Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGADRS.

Linhas de Pesquisa: Agroecossistemas sustentabilidade e agrobiodiversidade e Dinâmicas socioambientais

2.1.2.1.2. Descrição dos objetos de pesquisa:

Os objetivos dos projetos são:

- a. Avaliar o efeito da adição da levedura *Yarrowia lipolytica* na dieta de tilápia do Nilo *Oreochromis niloticus* sobre o crescimento e sistemas hematológico e imune dos animais.
- b. Avaliar se o déficit hídrico é capaz de induzir o estresse oxidativo em *Allium sativum* L;
- c. Avaliar a eficiência de fermentados e preparados de plantas bioativas no desenvolvimento de doenças, na indução de resistência e na produtividade em plantas de tomateiro;
- d. Realizar um levantamento da ocorrência natural de *Trichoderma* sp. em cultivos de feijoeiro e avaliar o potencial antagonista de isolados de *Trichoderma* sobre fitopatógenos de solo e no tratamento de sementes de feijoeiro.

2.1.2.1.3. Relação dos produtos para pesquisa e desenvolvimento a serem adquiridos ou contratados: Produção, revisão, tradução, editoração, confecção e publicação de conteúdos científico-acadêmicos e de divulgação das atividades desenvolvidas no âmbito dos PPGs.

2.1.2.1.4. Relação dos pesquisadores envolvidos e suas atribuições no projeto:

Docente	Linha de Pesquisa	Temas de Pesquisa
Aline Pomari Fernandes	Agroecossistemas sustentabilidade e agrobiodiversidade	1) Conservação e incremento de inimigos naturais a partir do redesenho de paisagens
Antônio Inácio Andrioli	Dinâmicas socioambientais	1) Agrotóxicos e transgênicos
Anelise Graciele Rambo	Dinâmicas socioambientais	1) Desenvolvimento territorial
Betina Muelbert	Agroecossistemas sustentabilidade e agrobiodiversidade	1) Aquicultura com enfoque agroecológico.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

		2) Certificação orgânica participativa da produção de peixes na agricultura familiar.
Denise Cargnelutti	Agroecossistemas sustentabilidade e agrobiodiversidade	1) Bioquímica e metabolismo secundário de plantas
Gilmar Franzener	Agroecossistemas sustentabilidade e agrobiodiversidade	1) Manejo ecológico de doenças em plantas 2) Plantas bioativas e medicinais em agroecossistemas 3) Interações agrobiodiversidade, plantas bioativas e saúde de plantas
Henrique von Hertwig Bittencourt	Agroecossistemas sustentabilidade e agrobiodiversidade	1) Agricultura sustentável
Janete Stoffel	Dinâmicas socioambientais	1) Desenvolvimento territorial, rural ou sustentável.
Josimeire Aparecida Leandrini	Agroecossistemas sustentabilidade e agrobiodiversidade	1) Biodiversidade e ecologia de ecossistemas.
Julian Perez Cassarino	Dinâmicas socioambientais	1) Sistemas agroflorestais 2) Comercialização e certificação participativa 3) Sistemas agrossilvipastoris
Lisandro Tomas da Silva Bonome	Agroecossistemas sustentabilidade e agrobiodiversidade	1) Fisiologia vegetal 2) Produção de sementes 3) Microscopia eletrônica
Liria Ângela Andrioli	Dinâmicas socioambientais	1) Mulheres e Agroecologia
Luisa Helena Cazarolli	Agroecossistemas sustentabilidade e agrobiodiversidade	1) Biodegradação de agrotóxicos no solo 2) Bioquímica em agroecologia
Maude Regina de Borba	Agroecossistemas sustentabilidade e agrobiodiversidade	1) Nutrição em piscicultura de base agroecológica
Miguel M. Xavier de Carvalho	Dinâmicas socioambientais	1) História ambiental 2) Modernização da agricultura e relação com animais
Pedro Ivan Christoffoli	Dinâmicas socioambientais	1) Desenvolvimento rural e agricultura familiar 2) Cooperativismo
Paulo Henrique Mayer	Agroecossistemas sustentabilidade e agrobiodiversidade	1) Produção animal agroecológica.
Rozane Marcia Triches	Dinâmicas socioambientais	1) Mercados institucionais 2) Políticas Alimentares, Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional
Rubens Fey	Dinâmicas socioambientais	1) Gestão de unidades de produção familiar
Siomara Aparecida Marques	Dinâmicas socioambientais	1) Metodologias de Pesquisa em Gênero

2.1.2.1.5. Órgão financiador do Projeto: CAPES

2.1.3. Da Estimativa do Quantitativo fornecida pela Unidade Requisitante

2.1.3.1. O quantitativo da demanda foi estimado de modo a suprir a quantidade de artigos gerados pelas dissertações. São cerca de 20 docentes orientadores e cerca de 15 formados a cada ano, com a obrigação de escrever e submeter um artigo científico para uma revista. O serviço de tradução



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

visa atender todos os professores demandantes do programa PPGADR.

2.2. Da justificativa da escolha do executante

2.2.1. No que diz respeito a razão da escolha do executante, em atendimento ao que preconiza o art. 26, II, da Lei nº 8.666/1993, informamos que a escolha se baseou no **menor valor** ofertado, conforme orçamentos anexados ao processo, consagrando-se como vencedora a seguinte empresa:

Item	Fornecedor	CNPJ	Valor total R\$
1	Agriscience Consultoria e Pesquisa Agrícola e Pecuária	29.058.714/0001-32	R\$ 4.642,82

2.3. Da Justificativa do Preço

2.3.1. Com relação à justificativa do preço, em atendimento ao que preconiza o art. 26, III, da Lei nº 8.666/1993, informamos que, a pesquisa de preços do serviço a ser contratado foi realizada com base no parâmetro IV do Art. 5º da Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, da Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital do Ministério da Economia, para o qual foi utilizado como estimativa de preço **o menor valor unitário obtido por palavra a ser traduzida**.

COMPARATIVO DE ORÇAMENTOS OBTIDOS		
Fornecedor	CNPJ	Valor Unitário por palavra
Agriscience Consultoria e Pesquisa Agrícola e Pecuária	29.058.714/0001-32	R\$ 0,13
Varendi Translation	30.114.333/0001-02	R\$ 0,14
Publique – Escrita Científica	32.430.430/0001-30	R\$ 0,20
Celia Korn Traduções S/A	03.426.851/0001-99	R\$ 0,26
Sigmas Traduções, Interpretação e Organização de Eventos LTDA	37.008.084/0001-10	R\$ 0,27

2.3.2. Com base no menor valor unitário de tradução por palavra, a estimativa do custo total para a contratação do serviço deste Termo de Referência é **R\$ 4.642,82 (Quatro mil, seiscientos e quarenta e dois reais e oitenta e dois centavos)**.

2.3.3. Conforme declaração do requisitante no Pedido de Compras, os valores representam a realidade do mercado.

2.4. Da regularidade fiscal e trabalhista da Contratada

2.4.1. Com relação à Regularidade Fiscal e Trabalhista, em atendimento ao que preconiza o art. 29, da Lei nº 8.666/1993, informamos que a empresa Contratada, possui todas as certidões válidas, conforme comprovações acostadas ao processo administrativo:

Empresa	Agriscience Consultoria e Pesquisa Agrícola e Pecuária
Nº do documento	Documentos nº 10 e 34
CNPJ	Documento nº 34
Fazenda Federal	CND válida até 27/03/2021
Fazenda Estadual	CND válida até 03/02/2021
Fazenda Municipal	CND válida até 02/01/2021
FGTS	CRF FGTS válida até 25/12/2020
Trabalhista	CNDT válida até 02/05/2021



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

Declaração (art. 27, V, da Lei nº 8.666/1993)	Documento nº 10
CADIN	Consulta PJ em 03/12/2020
CEIS, CNJ, TCU	Consulta Consolidada TCU em 03/12/2020

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

3.1. A descrição da solução como um todo, conforme minudenciado nos **Estudos Preliminares – Encarte B** abrange a Contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços de tradução de artigos científicos para atender a demanda do Programa de Pós-graduação em Mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável – PPGADRS.

4. DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS, DO FUNDAMENTO LEGAL E APLICAÇÃO DE NORMAS ESPECIAS

4.1. Da classificação dos serviços

4.1.1. Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto nº 9.507, de 21 de setembro de 2018, não se constituindo em quaisquer das atividades, previstas no art. 3º do aludido decreto, cuja execução indireta é vedada.

4.1.2. A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre os empregados da Contratada e a Administração, vedando-se qualquer relação entre estes que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

4.2. Do Enquadramento legal

4.2.1. Trata-se de serviço de **revisão/tradução português-inglês de artigos científicos**, sem dedicação exclusiva de mão de obra, a ser contratado mediante Dispensa de Licitação, com fulcro no art. 24, Inciso XXI da Lei 8.666/93.

Art. 24. É dispensável a licitação:

XXI - para a aquisição ou contratação de produto para pesquisa e desenvolvimento, limitada, no caso de obras e serviços de engenharia, a 20% (vinte por cento) do valor de que trata a alínea “b” do inciso I do caput do art. 23; (Incluído pela Lei nº 13.243, de 2016)

4.3. Da aplicabilidade de normas especiais

4.3.1. Da Instrução Normativa nº 5/2017: O Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão – MPOG emitiu a Instrução Normativa nº 05 de 2017, publicada em 26 de maio de 2017, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação de serviços sob o regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, revogando a Instrução Normativa nº 2, de 30 de abril de 2008 que tratava anteriormente sobre o tema. Acerca de tal normativa, informo que para esta contratação foram atendidas todas as etapas previstas no artigo da referida instrução.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

DO PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

Art. 20. O Planejamento da Contratação, para cada serviço a ser contratado, consistirá nas seguintes etapas:

I - Estudos Preliminares;

II – Gerenciamento de Riscos; e

III – Termo de Referência ou Projeto Básico.

§ 1º As situações que ensejam a dispensa ou inexigibilidade da licitação exigem o cumprimento das etapas do Planejamento da Contratação, no que couber.

§2º Salvo o Gerenciamento de Riscos relacionado à fase de Gestão do Contrato, as etapas I e II do caput ficam dispensadas quando se tratar de:

a) contratações de serviços cujos valores se enquadram nos limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666, de 1993;(grifo nosso).

4.3.2. Da Instrução Normativa nº 40/2020: A Secretaria Especial de Desburocratização, Gestão e Governo Digital/Secretaria de Gestão do Ministério da Economia emitiu no dia 22 de maio de 2020, a Instrução Normativa nº 40/2020 que dispõe sobre a elaboração dos Estudos Técnicos Preliminares - ETP - para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional, e sobre o Sistema ETP digital. Acerca das disposições abarcadas pela normativa, informo que para a necessidade em tela, a Equipe de Planejamento elaborou no Comprasnet, o **ETP digital nº 85/2020**, conforme documento acostado aos autos.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1. Conforme Estudos Preliminares, os requisitos da aquisição/contratação abrangem o seguinte:

5.1.1. Os requisitos necessários para o atendimento da necessidade da contratação em tela são os dispostos neste Termo de Referência.

5.1.2. A contratada deverá efetuar a entrega do material traduzido conforme especificações, prazo e local constantes neste instrumento, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes à realização do serviço.

5.1.3. Exigência que o tradutor tenha familiaridade com termos técnicos e científicos adequado para publicações internacionais na área de Agroecologia e Ciências Agrárias.

5.1.3.1. Quanto a essa exigência a Equipe de Planejamento apresentou comprovações de que a Contratada atende tais requisitos, conforme consta no **documento de ordem 12**, ficando sob sua responsabilidade a análise técnica de tais documentos comprobatórios.

5.1.4. A Tradução deverá ser na língua inglesa, utilizando o inglês americano ou britânico, nunca a mistura dos dois.

5.1.5. A tradução deverá respeitar os termos técnicos bem como a gramática da língua inglesa.

5.1.6. A tradução não deverá ser apenas literal, deverá levar em consideração a ideia do texto.



5.1.7. O serviço de tradução deverá ser feito por tradutor ou empresa com no mínimo 1 ano de experiência nesse serviço.

5.1.8. A tradução deverá ser apresentada de forma escrita em arquivo editável.

5.1.9. O presente serviço não é caracterizado como continuado, não sendo prorrogável na forma do art. 57, II, da Lei de Licitações.

5.1.10. Critérios e práticas de sustentabilidade

5.1.10.1. Solicita-se **no que couber**, que a Contratada adote boas práticas de sustentabilidade, baseadas na otimização e economia de recursos e na redução da poluição ambiental, quando da execução dos serviços contratados, conforme previsto na IN 06/2013/SLTI/MPOG tais como:

- a) Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxicas e/ou poluentes;
- b) Substituição, sempre que possível, de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- c) Uso de produtos de limpeza e conservação que obedeam às classificações e especificações determinadas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária - ANVISA;
- d) Racionalização do consumo de energia elétrica e de água;
- e) Destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação;
- f) Treinamento periódico dos empregados sobre práticas de sustentabilidade, em especial sobre redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e destinação de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes; e
- g) Observação da Resolução CONAMA (Conselho Nacional do Meio Ambiente) nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;
- h) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenha, em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos, em estabelecimentos que as comercializam ou na rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importantes, conforme disposto na legislação vigente;
- i) Conferir o tratamento previsto no item anterior a lâmpadas fluorescente e frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.
- j) Observar, quando da execução dos serviços, as práticas de sustentabilidade previstas na Instrução Normativa nº 1, de 19 janeiro de 2010, no que couber

5.1.10.2. Conforme prevê o Decreto Presidencial nº 7.746 de 05 de junho de 2012, que regulamenta o Art. 3º da Lei 8.666/93, a Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e as Empresas Estatais dependentes poderão adquirir bens e contratar serviços e obras considerando critérios e práticas de sustentabilidade objetivamente definidos no instrumento convocatório,



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

conforme o disposto neste Decreto:

Parágrafo Único. A adoção de critérios e práticas de sustentabilidade deverá ser justificada nos autos e preservar o caráter competitivo do certame.

Art. 3º Os critérios e práticas de sustentabilidade de que trata o art. 2º serão veiculados como especificação técnica do objeto ou como obrigação da contratada.

Art. 4º São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- I – menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- II – preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- III – maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- IV – maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- V – maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- VI – uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- VII – origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

Art. 5º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes poderão exigir no instrumento convocatório para a aquisição de bens que estes sejam constituídos por material reciclado, atóxico ou biodegradável, entre outros critérios de sustentabilidade.

(...)

Art. 8º A comprovação das exigências contidas no instrumento convocatório poderá ser feita mediante certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio definido no instrumento convocatório.

§ 1º Em caso de inexistência da certificação referida no caput, o instrumento convocatório estabelecerá que, após a seleção da proposta e antes da adjudicação do objeto, o contratante poderá realizar diligências para verificar a adequação do bem ou serviço às exigências do instrumento convocatório.

(...)

Art. 16º A administração pública federal direta, autárquica e fundacional e as empresas estatais dependentes deverão elaborar e implementar Planos de Gestão de Logística Sustentável, no prazo estipulado pela Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação, prevendo, no mínimo:

- I – atualização do inventário de bens e materiais do órgão e identificação de similares de menor impacto ambiental para substituição;
- II – práticas de sustentabilidade e de racionalização do uso de materiais e serviços;
- III – responsabilidades, metodologia de implementação e avaliação do plano; e
- IV – ações de divulgação, conscientização e capacitação

5.1.10.3. A contratação está em consonância com o Plano de Logística Sustentável da UFFS, que contempla em suas ações a adoção de critérios de sustentabilidade para avaliação e compras de bens, materiais ou serviços em função de seu impacto ambiental, social e econômico.

5.1.11. O prazo para execução do serviço é de até **30 (trinta) dias** após o recebimento da Nota de Empenho e da Ordem de Serviço.

5.1.12. Os serviços deverão ser entregues para a Universidade Federal da Fronteira Sul, Campus



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

Laranjeiras do Sul-Bloco “A”, Rod. BR-158, km 07, Laranjeiras do Sul-Paraná, CEP: 85.301-970.
Setor: Sala 224 (Coordenação do mestrado em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável)
– Campus Laranjeiras do Sul.

5.1.13. Para esta contratação, o Termo de Contrato será substituído pela Nota de Empenho conforme disposto no *caput* do artigo 62 da Lei nº 8.666/1993.

5.1.14. As obrigações da Contratada e Contratante estão previstas neste Termo de Referência.

6. MODELO DE GESTÃO DO OBJETO E CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO

6.1. A metodologia de avaliação da execução dos serviços será de acordo com os seguintes parâmetros e sua forma de pagamento será de acordo com o **item 14** deste Termo de Referência.

6.1.1. Os critérios de medição de pagamento seguirão os seguintes parâmetros:

- a) Atendimento integral das exigências do Termo de Referência e Proposta da Contratada;
- b) Qualidade dos serviços prestados;
- c) Pontualidade na execução dos serviços;

7. MATERIAIS A SEREM DISPONIBILIZADOS

7.1. Para a perfeita execução dos serviços, a CONTRATADA deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios indispensáveis à execução dos serviços contratados, nas quantidades estimadas e qualidades relacionadas, promovendo a sua substituição quando necessário.

8. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

8.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas deste Termo de Referência e os termos de sua proposta;

8.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

8.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas;

8.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

- 8.5.** Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura da contratada, no que couber, em conformidade com o item 6 do Anexo XI da IN SEGES/MP n. 5/2017.
- 8.6.** Não praticar atos de ingerência na administração da Contratada, tais como:
- 8.7.** Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto desta contratação;
- 8.8.** Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela Contratada.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 9.1.** Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;
- 9.2.** Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do objeto, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.3.** Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à União ou à entidade federal, devendo ressarcir imediatamente a Administração em sua integralidade, ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.4.** Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;
- 9.5.** Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão Contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;
- 9.6.** Comunicar ao Fiscal do objeto, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.7.** Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.8.** Paralisar, por determinação da Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.9.** Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a execução do serviço.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

- 9.10.** Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.11.** Manter durante toda a vigência de execução do objeto, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.12.** Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução dos serviços;
- 9.13.** Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666, de 1993.
- 9.14.** Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da Contratante;
- 9.15.** Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação;
- 9.16.** Indicar preposto para representá-la durante a execução do objeto.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO

- 10.1.** Não será admitida a subcontratação.

11. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

- 11.1.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições da contratação; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração.

12. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

- 12.1.** A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência e na Proposta.
- 12.2.** O acompanhamento e a fiscalização da execução do objeto consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços, dos materiais, técnicas e equipamentos empregados, de forma



a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, que serão exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designados, na forma dos arts. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.3. O representante da Contratante deverá ter a qualificação necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços.

12.4. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

12.5. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.6. O descumprimento total ou parcial das obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Termo de Referência e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei nº 8.666, de 1993.

12.7. As atividades de gestão e fiscalização da execução dos serviços devem ser realizadas de forma preventiva, rotineira e sistemática, podendo ser exercidas por servidores, equipe de fiscalização ou único servidor, desde que, no exercício dessas atribuições, fique assegurada a distinção dessas atividades e, em razão do volume de trabalho, não comprometa o desempenho de todas as ações relacionadas à Gestão do objeto.

12.8. Durante a execução do objeto, o fiscal técnico deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

12.9. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da CONTRATANTE ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

13. DO RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

13.1. Os serviços objeto deste Termo de Referência serão solicitados mediante envio da Nota de Empenho acompanhada de Ordem de Serviço, a ser enviada por correspondência eletrônica (e-mail), sendo obrigatória a confirmação de recebimento pela empresa.

13.2. Quando do recebimento provisório do serviço, o responsável pelo acompanhamento e fiscalização do objeto verificará a conformidade dos mesmos com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

13.3. O recebimento definitivo dos serviços dar-se-á em até 10 (dez) dias após o recebimento provisório.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

13.4. Por ocasião do recebimento do(s) serviço(s), a Universidade Federal da Fronteira Sul reserva-se o direito de proceder a inspeção de qualidade do(s) mesmo(s) e a rejeitá-lo(s), no todo ou em parte, se estiver(em) em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se a licitante contratada a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

13.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na Proposta, devendo ser refeitos/substituídos no prazo de **05 (cinco) dias**, a contar da notificação da Contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades previstas.

13.6. A aprovação da qualidade do serviço, pela Universidade Federal da Fronteira Sul, não exclui a responsabilidade civil da licitante contratada por vícios de qualidade ou técnico do serviço ou em desacordo com o exigido neste Termo de Referência e na proposta.

14. DO PAGAMENTO

14.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, alterados pelo Decreto nº 9.412 de 18 de junho de 2018, deverão ser efetuados no prazo de **até 5 (cinco) dias úteis**, contados da data da liquidação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado.

14.2. A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do serviço, conforme este Termo de Referência

14.2.1. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o “atesto” pelo servidor competente na nota fiscal apresentada.

14.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

14.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

14.4. O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

14.4.1. o prazo de validade;

14.4.2. a data da emissão;

14.4.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

14.4.4. o período de prestação dos serviços;



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.ufff.edu.br

14.4.5. o valor a pagar; e

14.4.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

14.5. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

14.6. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

14.7. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto.

14.8. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

14.9. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

14.10. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

14.11. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

14.12. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

14.13. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

14.14. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

14.15. É vedado o pagamento, a qualquer título, por serviços prestados, à empresa privada que tenha em seu quadro societário servidor público da ativa do órgão contratante, com fundamento na Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

14.16. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$EM = I \times N \times VP, \text{ sendo:}$$

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \left(\frac{6}{365} \right) \quad I = 0,00016438$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

15. REAJUSTE

15.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

16. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666 de 1993, a Contratada que:

16.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

16.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;

16.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

16.1.5. cometer fraude fiscal;

16.2. Pela inexecução **total ou parcial** do objeto deste contrato, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

16.2.1. **Advertência por escrito**, a quando do não cumprimento de quaisquer das obrigações contratuais consideradas faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para o serviço contratado;

16.2.2. **Multa de:**

16.2.2.1. 0,1% (um décimo por cento) até 0,2% (dois décimos por cento) por dia sobre o valor contratado em caso de atraso na execução dos serviços, limitada a incidência a 15 (quinze) dias. Após o décimo quinto dia e a critério da Administração, no caso de execução com atraso, poderá ocorrer a não-aceitação do objeto, de forma a configurar, nessa hipótese, inexecução total da



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

obrigação assumida, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

16.2.2.2. 0,1% (um décimo por cento) até 10% (dez por cento) sobre o valor contratado, em caso de atraso na execução do objeto, por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inexecução parcial da obrigação assumida;

16.2.2.3. 0,1% (um décimo por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor contratado, em caso de inexecução total da obrigação assumida;

16.2.2.4. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

16.2.3. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos.

16.2.4. Sanção de impedimento de licitar e contratar com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

16.2.4.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 16.1 deste Termo de Referência.

16.2.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados.

16.3. As sanções previstas nos subitens 16.2.1, 16.2.3 e 16.2.4 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de multa, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

16.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

16.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

16.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

16.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

16.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

16.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

16.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

16.7. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do Contratada, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

16.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

16.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

16.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

16.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

16.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

17. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

17.1. A dotação orçamentária da contratação, conforme **Comprovante nº 679/2020 - DORC (10.17.08.21.05)** emitida pela Diretoria de Orçamento será:

Gestão/Unidade: 26440/158517

Elemento de Despesa: 339093/339030/339039

PTRES: 170062

Nota de Crédito: 2020NC000367

18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

18.1. Este Termo de Referência foi elaborado a partir das informações consignadas pelo requisitante do objeto mediante o Processo de Pedido de Compras/Contratação e demais tratativas acostadas ao Processo pela Equipe de Planejamento designada pela **Portaria nº 199/PROAD/UFFS/2020**.



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.ufffs.edu.br

18.2. Do caráter de urgência da Contratação:

18.2.1. A condição de urgência da presente Dispensa de Licitação, tem respaldo no prazo de execução orçamentária do recurso descentralizado, conforme Ofício acostado aos autos no **documento nº 33.**

18.3. Dos Encartes

18.3.1. Integram este Termo de Referência, para todos os fins e efeitos, os seguintes Encartes:

18.3.1.1. ENCARTE A – Modelo de Ordem de Serviço;

18.3.1.2. ENCARTE B – Estudos Técnicos Preliminares – ETP digital nº 85/2020.

Chapecó/SC, 09 de dezembro de 2020.

NÁDIA INÊS KIST
Chefe do Departamento de Contratações Diretas

Eu **GELSON ROQUE GUZZON**, Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura e Ordenador de Despesas, substituto, conforme disposto no inciso I, § 2º do Art. 7º da Lei 8.666/93, **APROVO** o presente **Termo de Referência de Dispensa de Licitação nº 39/2020 e respectivos Encartes**, com fulcro no **Artigo 24, inciso XXI da Lei 8.666/93**, que visa a **contratação de serviços de tradução de artigos científicos para utilização no curso de Pós Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável (PPGADRS) do Campus Laranjeiras do Sul, com recursos oriundos do PROAP**, conforme as especificações e dados constantes no Termo de Referência ora aprovado.

Chapecó/SC, 09 de dezembro de 2020.

GELSON ROQUE GUZZON,
Pró-Reitor de Administração e Infraestrutura, substituto
Ordenador de Despesas, substituto
PORTARIA Nº 1147/GR/UFFS/2020



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL
PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO E INFRAESTRUTURA
Superintendência de Compras e Licitações
Avenida Fernando Machado, 108-E, Centro, Chapecó-SC, CEP 89802-112, 49 2049-3788
www.uffs.edu.br

ENCARTE “A”
MODELO DA ORDEM DE SERVIÇO
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 39/2020

IDENTIFICAÇÃO DO PEDIDO	
Nº OS:	Unidade requisitante:
Data de emissão:	Serviço:
Contrato nº:	Processo nº:

IDENTIFICAÇÃO DA CONTRATADA	
Razão Social:	CNPJ:
Endereço:	
Telefone:	E-mail:

DEFINIÇÃO/ESPECIFICAÇÕES DOS SERVIÇOS					
Nº	Serviço	Unidade de Medida	Quantidade	Valor Unitário R\$	Valor Global R\$
Total					

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS	

LOCAL DE REALIZAÇÃO E PRAZO DE EXECUÇÃO	
Endereço:	
Data de início:	Data de término:

RECURSOS FINANCEIROS	
Os recursos financeiros necessários ao pagamento desta Ordem de serviço serão originários da classificação funcional programática abaixo especificada:	
Unidade Orçamentária:	
Função Programática:	
Projeto de Atividade	
Elemento de Despesa:	
Fonte de Recurso:	
Saldo Orçamentário:	

IDENTIFICAÇÃO DOS RESPONSÁVEIS	
Local, data	Local, data
Responsável pela solicitação do serviço	Responsável pela avaliação do serviço